

Maria de Medeiros, no papel de Maria Adelaide, está no centro do filme



Nada de misericórdia!

Abertura dos filmes, se o cineasta for competente e souber o que está a fazer, é sempre um momento de grande produção de significados, de afã diegético — é por isso que nunca se deve chegar atrasado ao cinema ou não ver um filme desde o princípio dos princípios. Assim acontece, também, com “Ordem Moral”, com Maria Adelaide/Maria de Medeiros e as palavras daquele poema que o marido lhe dedicara a falar dos cabelos brancos, ideia que nem ao careca lembraria. Ela está sozinha, olha-se — e, de repente, sai aquele insulto desabrido (“Filho da puta!”), inopinado na boca de uma senhora. Mas, provavelmente, ali, a sós, ela não é uma senhora, é apenas uma mulher ofendida e o espectador, se for atento, saberá que vem aí vergasta e da grossa. Essa cena inicial define tudo. Uma personagem, a sua situação social, o seu sentir íntimo, a sua determinação de não se ficar perante afrontas, o espectador só não sabe é do que aquela mulher é capaz, ficará a saber se vir o filme até ao fim. A cena também define o objeto de um olhar, aquela atriz.

Maria de Medeiros será o centro do filme, anuncia-se. “Ordem Moral” cumpre o aviso à navegação, ela é o alfa e o ómega. A câmara gosta dela, quem olha também, o filme quer partilhar connosco essa afeição — e nós agradecemos. Câmara sagaz, capaz de sussurros. Exemplo: a cena em que aparece às amigas com o rosto envolto em gaze. Elas veem ligaduras, eu vejo transparência, elas veem morbidez, eu vejo odalisca (e acho que o filme está comigo). Por estas e por outras ficamos a saber que a obra tem valia — porque nisto de filmes não há só questões de gosto, há modos concretos reveladores que compete à crítica evidenciar. Temos, portanto, que o novo filme de Mário Barroso é a história da



ORDEM MORAL

De Mário Barroso

Com Maria de Medeiros, Marcello Urgehe, João Pedro Mamede (Portugal)
Drama M/14

vingança de uma mulher sobre o homem com quem está casada e que a desama. Que seja baseado num caso real, passado na Lisboa de há um século, serve também para falar do que nós éramos, nesse tempo em que Sidónio Pais era amado — e, então, assassinaram-no — e um certo professor de Coimbra começava a dizer coisas que os militares e outra gente gostavam de ouvir. Entretanto havia carbonários em movimento, a epidemia da pneumónica, muitos pobres, poucos ricos — e o filme dá conta, modo brando, olho vivo. E no meio de tudo, aquela senhora vai fugir com o *chauffeur* e desencadear uma bernarda e uma punição que ninguém espera. Felizmente para ela, Egas Moniz ainda não tinha desenvolvido a lobotomia, porque senão talvez a tivesse prescrito, como muito mais tarde seria recomendado proceder sobre a pobre Catherine que dizia coisas sem nexos sobre gente ao abrigo de qualquer suspeita (“Bruscamente no Verão Passado”). Maria Adelaide não disse, fez — só podia estar louca. / JORGE LEITÃO RAMOS